



Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Agência Brasileira de Inteligência

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO (COMPRAS)

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

(Processo Administrativo n.º 00091.011707/2021-11)

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de itens de mobiliário, equipamentos especiais, elementos decorativos e marcenaria com montagem, com o objetivo de reformar as salas de convivência e de cocriação da biblioteca da ABIN, conforme Projeto Executivo elaborado pela área técnica da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) (SEI nº 0577968), documento anexo a este Termo de Referência, com condições, quantidades e exigências a seguir estabelecidas:

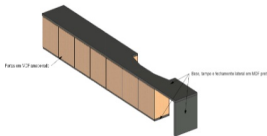
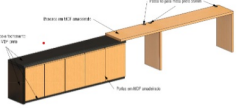
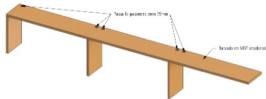
ITENS NÃO AGRUPADOS

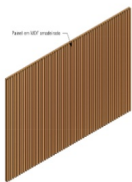
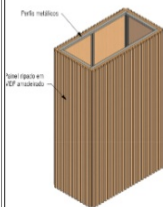
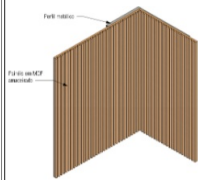
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO NO PROJETO EXECUTIVO	CATMAT	IMAGEM ILUSTRATIVA	MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Banco alto, com estrutura em tubo de aço com acabamento em pintura epóxi-pó e assento/encosto em compensado multilaminado com espuma (D30) e revestimento sintético poliuretano. Possui sapatas plásticas. Carga suportável: 110kg. Altura até o assento: 66cm. Dimensões: 49cm x 51cm x 95cm. Cor: Preto.	01	387910		UN	8	408,81	3.270,48
2	Cadeira com estrutura em madeira maciça (Faia) com aplicação de verniz poliuretano e perfil de aço com acabamento em pintura epóxi-pó. Possui assento/encosto em polipropileno e sapatas plásticas. Carga suportável: 110kg. Altura até o assento: 44,5 cm. Dimensões: 46cm x 55cm x 80cm. Cor do Assento: Laranja.	02	247417		UN	3	480,00	1.440,00
3	Mesa com estrutura em madeira maciça (Seringueira) com aplicação de verniz poliuretano e perfil de aço com acabamento em epóxi-pó. Possui tampo em MDF (Medium Density Fiberboard) de 18 mm revestido com laminado PET e sapatas plásticas. Carga máxima suportável: 60kg; distribuídos uniformemente. Dimensões: 100cm x 100cm x 75cm. Cor do tampo: Branco.	03	390713		UN	1	2.414,00	2.414,00
4	Sofá com estrutura em eucalipto, almofadas de assento soltas em espuma d33 com toque de 3 cm de espuma hipersoft e encosto fixo em espuma D23 soft com toque de 3cm de hipersot. Pés em madeira Eucalipto. Altura até o assento: 44cm. Dimensões: 210cm x 86cm x 83cm; espessura do braço 12 cm Cor: Bege.	04	383103		UN	3	2.271,30	6.813,90


5	Poltrona com estrutura em madeira maciça de reflorestamento (Pinus Elliottii) tingida com aplicação de verniz, revestida com espuma (D28/assento e D20/encosto) e tecido eco-friendly 70% algodão/30% Pet reciclado. Carga suportável: 120kg. Dimensões: 69,5cm x 83,5cm x 73cm. Cor: Nozes/Camelo	06	461908		UN	5	1.816,83	9.084,15
6	Poltrona com estrutura em madeira maciça (Eucalipto) tingida com aplicação de verniz e assento/encosto em MDP/MDF com espuma (D28), tecido 50% algodão/50% poliéster na frente e revestimento sintético poliuretano na parte posterior. Carga suportável: 150kg. Dimensões: 65,5cm x 70,5cm x 74cm. Cor: Nozes/Bege.	07	461908		UN	4	1.816,83	7.267,32
7	Mesa de centro com estrutura em madeira maciça (Tauari) e tampo em MDF (Medium Density Fiberboard) de 30 mm revestido com lâmina de madeira (Tauari) tingida com aplicação de verniz poliuretano. Carga suportável: 25kg; distribuídos uniformemente. Dimensões: 127cm x 60cm x 29,5cm. Cor: Nozes	05	232025		UN	2	2.925,93	5.851,86
8	A mesa de centro redonda em mdf 18 mm, acabamento de boda em pintura p.u, superfície do tampo com acabamento alto brilho 3 pés de madeira maciça reflorestada com acabamento envernizado de alta qualidade. Dimensões: 60cm x 60cm x 31,5cm. Cor Chevron/Off White	08	323035		UN	1	1.486,67	1.486,67
9	Frigobar- Refrigerador pequeno, tipo frigobar; - Capacidade de 79 litros; - Dimensões: 64 cm x 49,5 cm x 54 cm; - Tensão de alimentação de 220 V; - Cor branca; - Recursos mínimos: bandeja de degelo; porta latas na porta; prateleira interna removível; botão para regulação de temperatura; pés com regulação de altura.- Garantia mínima: 12 (doze) meses. Classificação Inmetro: "A" (Ence - Etiqueta nacional de Eficiência Energética, selo Procel)	14	327808		UN	1	1.095,50	1.095,50

ITENS AGRUPADOS

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO NO PROJETO EXECUTIVO	CATMAT	IMAGEM ILUSTRATIVA	MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	10	Tapete 300 x 300 cm. Tapete de nylon torcido, do mesmo padrão de desenho e acabamento do item 2 deste Grupo. Base de PVC antiderrapante. Medidas: 300 cm x 300 cm. Deverá ser apresentado catálogo de padrões/cores para escolha da contratante.	18	405097		UN	2	2.426,22	4.852,44
	11	Tapete 300 x 250 cm. Tapete de nylon torcido, do mesmo padrão de desenho e acabamento do item 1 deste Grupo. Base de PVC antiderrapante. Medidas: 300 cm x 250 cm. Deverá ser apresentado catálogo de padrões/cores para escolha da contratante.	19	405097		UN	1	2.021,85	2.021,85

12	<p>Armário 7 Portas. Módulo de Armário com 13,00 m², com 7 (sete) portas e vão, com dimensões: 479 x 60 x 90 cm (CxLxA). Portas em MDF com tom amadeirado e puxadores tipo cava a 45°. Base, tampo e fechamento lateral em MDF preto. Inclui recorte para encaixe em pilar. Montagem com parafusos M6 fixados com a utilização de buchas metálicas confeccionadas em ZAMAK, utilização de dobradiças das portas em ZAMAK com acabamento niquelado e fixação lateral. Deverá ser apresentado catálogo de padrões/cores referente aos revestimentos, para escolha da contratante. Demais especificações e planta baixa constam do Projeto Executivo em anexo.</p>	20	259127		UN	1	10.400,00	10.400,00
13	<p>Armário 5 Portas com bancada. Módulo de Armário e bancada com 11,00 m², com 5 (cinco) portas, com bancada apoiada, com dimensões: 285 x 55 x 90 cm (CxLxA). Portas em MDF com tom amadeirado e puxadores tipo cava a 45°. Base, tampo e fechamento lateral em MDF preto. A bancada em MDF com tom amadeirado deve ter como dimensões: 314 x 55 x 95 cm (CxLxA) e ser parcialmente apoiada sobre o armário. Montagem com parafusos M6 fixados com a utilização de buchas metálicas confeccionadas em ZAMAK, utilização de dobradiças das portas em ZAMAK com acabamento niquelado e fixação lateral. Deverá ser apresentado catálogo de padrões/cores referente aos revestimentos, para escolha da contratante. Demais especificações e planta baixa constam do Projeto Executivo em anexo.</p>	21	259127		UN	1	8.800,00	8.800,00
14	<p>Bancada. Módulo de bancada com 5 m² em MDF com tom amadeirado deve ter como dimensões: 599 x 55 x 95 cm (CxLxA) e ser parcialmente apoiada sobre o armário. Montagem com parafusos M6 fixados com a utilização de buchas metálicas confeccionadas em ZAMAK,. Deverá ser apresentado catálogo de padrões/cores referente aos revestimentos, para escolha da contratante. Demais especificações e planta baixa constam do Projeto Executivo em anexo.</p>	26	259127		UN	1	4.000,00	4.000,00

15	<p>Painel Ripado.</p> <p>Módulo de Painel ripado com 9,00 m², em MDF com tom amadeirado com ripas de 3 cm fixadas ao painel e espaçamento entre ripas de 3 cm. Dimensões: 350 cm de largura por 250 cm de altura. Inclui estrutura para fixação e montagem composta por perfis metálicos (guias e montantes) e demais itens necessários à montagem completa da peça. Deverá ser apresentado catálogo de padrões/cores referente aos revestimentos, para escolha da contratante. Demais especificações e planta baixa constam do Projeto Executivo em anexo.</p>	22	227093		UN	1	7.745,75	7.745,75
16	<p>Painel Ripado.</p> <p>Módulo de Painel ripado com 11,00 m², em MDF com tom amadeirado com ripas de 3 cm fixadas ao painel e espaçamento entre ripas de 3 cm. Composto de 4 (quatro) peças, sendo duas peças com Dimensões: 79 cm de largura por 250 cm de altura e duas peças com Dimensões: 150 cm de largura por 250 cm de altura. Inclui estrutura para fixação e montagem composta por perfis metálicos (guias e montantes) e demais itens necessários à montagem completa da peça. Deverá ser apresentado catálogo de padrões/cores referente aos revestimentos, para escolha da contratante. Demais especificações e planta baixa constam do Projeto Executivo em anexo.</p>	23	227093		UN	1	7.022,75	7.022,75
17	<p>Painel Ripado.</p> <p>Módulo de Painel ripado com 9,00 m², em MDF com tom amadeirado com ripas de 3 cm fixadas ao painel e espaçamento entre ripas de 3 cm. Composto de 2 (duas) peças, sendo uma com dimensões: 199 cm de largura por 250 cm de altura e outra com dimensões: 138 cm de largura por 250 cm de altura. Inclui estrutura para fixação e montagem composta por perfis metálicos (guias e montantes) e demais itens necessários à montagem completa da peça. Deverá ser apresentado catálogo de padrões/cores referente aos revestimentos, para escolha da contratante. Demais especificações e planta baixa constam do Projeto Executivo em anexo.</p>	24 e 25	227093		UN	1	5.745,75	5.745,75

18	Banco. Módulo de Banco com 8,00 m², em MDF com tom amadeirado e pés em metalon com pintura na cor preta, com dimensões: 592 x 55 x 40 cm (CxLxA). Deverá ser apresentado catálogo de padrões/cores referente aos revestimentos, para escolha da contratante. Demais especificações e planta baixa constam do Projeto Executivo em anexo.	27	319943		UN	1	6.400,00	6.400,00
ITENS NÃO AGRUPADOS:								38.723,88
ITENS AGRUPADOS - GRUPO 1:								6.874,29
ITENS AGRUPADOS - GRUPO 2:								50.114,25
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:								95.712,42

1.2. Para obtenção dos valores agrupados no grupo 2 foi considerado o valor unitário de R\$ 800,00 por m² para os itens 12, 13, 14 e 18 e R\$ 638,42 por m² para os itens 15, 16 e 17.

1.3. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem as deste último.

1.4. Todas as dimensões são aproximações com referência à planta do Projeto Executivo.

1.5. Em atendimento ao determinado no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, o processo licitatório será destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

1.6. Em razão da necessidade de padronização e de harmonia entre os bens a serem licitados, os quais farão parte de um conjunto localizado em ambiente físico único, houve o agrupamento de parte dos itens, resultando nos Grupos 1 e 2.

1.7. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato ou do recebimento da nota de empenho, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

1.8. Só será admitida a oferta do produto Frigobar - Refrigerador Pequeno, tipo frigobar, que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, na classe A, nos termos da Portaria/INMETRO nº 332, de 2 de agosto de 2021, que "Aprova os Requisitos de Avaliação e Conformidade para Refrigeradores e Assemelhados - Consolidado".

1.9. Para os itens abaixo relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981:

a) ITEM 09- Frigobar- Refrigerador pequeno, tipo frigobar: CTF/APP - FTE - Categoria 5 -Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Código: 5-3; Descrição: Fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos; a fabricação de refrigeradores, conservadoras e semelhantes de uso doméstico.

b) ITENS 3, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 17, e 18 - CTF/APP - Categoria 7- Indústria de Madeira; Código 7-4, Descrição: Fabricação de estruturas de madeira e móveis; - a fabricação de móveis de madeira ou com predominância de madeira, envernizados, encerados, esmaltados, laqueados, recobertos com lâminas de material plástico, estofados, para uso residencial e não-residencial.

2. DA VISTORIA TÉCNICA

2.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante interessado em participar da disputa do Grupo 2 (itens de marcenaria) poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, em dias úteis, das 8 horas às 12 horas e das 14 horas às 17 horas, mediante prévio agendamento, por meio dos telefones (61) 3445-9518 ou (61) 3445-8508.

2.2. A vistoria técnica tem como objetivo permitir a análise, o esclarecimento de dúvidas e o conhecimento de peculiaridades que possam vir a influenciar na montagem e na instalação da mobília planejada.

2.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

2.4. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

2.5. Toda e qualquer despesa com a vistoria técnica correrá por conta da licitante interessada.

2.6. Realizada a vistoria, a ABIN emitirá atestado de vistoria, confirmando textualmente que a licitante vistoriou local onde o objeto será entregue, montado e instalado, e tomou conhecimento de todas as informações, peculiaridades e condições para cumprimento das obrigações assumidas, relacionadas a sua execução.

2.7. Caso a licitante opte por não realizar a vistoria técnica, deverá firmar declaração na qual dispense a necessidade de vistoria, assumindo todo e qualquer risco pela decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço, nos termos do edital, do presente Termo de Referência e do Projeto Executivo.

2.7.1. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

2.8. A apresentação do atestado de vistoria técnica ou da declaração de dispensa de vistoria será obrigatória na fase de habilitação do certame, para a disputa referente ao Grupo 2.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

5.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os bens e serviços contratados devem respeitar as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2021, e na Instrução Normativa n.º 1, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.

6.2. Os itens que utilizem energia elétrica para o seu funcionamento devem ser aprovados no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) e autorizados a ostentar a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE).

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato, em remessa única, na Divisão de Almoxarifado da ABIN, situada no Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, Bloco S, Brasília/DF, CEP 70.610-905, em dia útil, no período das 8 horas às 12 horas e das 14 horas às 17 horas.

7.2. No caso dos itens constantes do Grupo 2 (itens de marcenaria), o prazo de entrega é o mesmo do subitem anterior, e o local de entrega e instalação dos bens será a Biblioteca da ABIN, localizada no Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, Bloco K, Brasília/DF, CEP 70.610-905, em dia útil, no período das 8 horas às 12 horas e das 14 horas às 17 horas.

7.2.1. A Contratada, a seu critério, poderá visitar as dependências onde serão realizadas a montagem e a instalação do mobiliário.

7.2.2. A Contratada fornecerá os bens e prestará os serviços de montagem e instalação, devendo empregar todos os materiais, peças e ferramentas que se fizerem necessários à perfeita execução do objeto.

7.2.3. A Contratada ficará responsável por quaisquer danos que vier a causar a terceiros ou ao patrimônio da Contratante, devendo reparar os mesmos às suas custas, durante e após a execução dos serviços.

7.2.4. Será de responsabilidade da Contratada toda e qualquer providência que diga respeito à segurança do trabalho de seus empregados, bem como a exigência do uso dos equipamentos de proteção individual necessários.

7.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da Contratante:

8.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, e, ainda:

9.1.1. efetuar a entrega, a montagem e a instalação do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes do Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;

9.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato; e

9.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir.

9.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da execução do objeto, os seguintes documentos:

9.2.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.2.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.2.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada;

9.2.4. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e

9.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que:

11.1.1. sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

11.1.2. sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;

11.1.3. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e

11.1.4. haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota Fiscal ou da Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

13.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018.

13.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.6. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação, ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

13.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018.

13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários ao recebimento de seus créditos.

13.10. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

13.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de

economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima da Contratante.

13.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I * N * VP$$

Em que:

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)/365, sendo TX = Percentual da taxa anual = 6% = 0,06

14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano, contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.2. Após o interregno do prazo previsto no subitem anterior e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados mediante a aplicação, pela Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto nº 1.054, de 1994):

$$R = V * (I - I_0) / I_0$$

Em que:

R = Valor do reajuste procurado

V = Valor contratual a ser reajustado

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

I₀ = Índice inicial, referente ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de no mínimo 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

15.2. A garantia será prestada com vistas a manter os bens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

15.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

15.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

15.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

15.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15(quinze) dias, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

15.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

15.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

15.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos

custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

15.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

15.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

16. **DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO**

16.1. Pelas características dos itens que compõem o objeto não será exigida garantia de execução contratual. A contratação refere-se a equipamentos comuns, com valores de mercado relativamente baixos e que apresentam baixa complexidade para a logística de entrega. Neste caso, o estabelecimento de garantia de execução contratual oneraria a contratação de forma desnecessária sem apresentar contrapartidas significativas para a Administração.

17. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 17.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- 17.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 17.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 17.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 17.1.5. cometer fraude fiscal.

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

17.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

17.2.2. **Multa:**

- 17.2.2.1. moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato ou da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- 17.2.2.2. moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato ou da parcela inadimplida, a partir de 16 (dezesesseis) dias de atraso injustificado, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 17.2.2.3. moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia sobre o valor do contrato ou da parcela inadimplida, a partir de 31 (trinta e um) dias de atraso injustificado na execução do contrato, quando o mesmo poderá ser rescindido nos termos dos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 17.2.2.4. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

17.2.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

17.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

17.2.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

17.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 17.2.4 também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

17.4. As sanções previstas nos subitens 17.2.1, 17.2.3, 17.2.4 e 17.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.5. Também ficam sujeitas às penalidades previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 17.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 17.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 17.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.6. A aplicação das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou, ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da Contratada, a União poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme o art. 419 do Código Civil.

17.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

17.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à

Administração Pública nacional ou estrangeira, nos termos da Lei nº 12.846, de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

18.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

18.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

18.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

18.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens com características, quantidades e prazos compatíveis com o item ou grupo de itens pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

18.3.1.1. Os atestados deverão comprovar que a licitante executou ou vem executando contratos de fornecimento de materiais compatíveis com o objeto da licitação, com características similares àquelas descritas e quantidades equivalentes a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das quantidades do item ou grupo de itens pertinente.

18.3.1.2. Os atestados deverão conter todos os dados necessários à perfeita identificação do emitente, tais como razão social, número do CNPJ, endereço, telefone e demais informações cabíveis.

18.3.1.3. Não serão aceitos atestados que contenham qualquer tipo de ressalva.

18.3.1.4. Não serão considerados atestados emitidos entre empresas consorciadas, hipótese esta em que o atestado deverá ser emitido pela contratante principal.

18.3.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

18.3.1.6. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

18.3.1.7. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

18.3.1.8. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

18.3.1.9. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n.5/2017.

18.3.2. No caso de licitante concorrente do Grupo 2 (itens de marcenaria), apresentação de atestado de vistoria técnica ou declaração de dispensa de vistoria, conforme o subitem 2.3 deste Termo de Referência.

18.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

18.4.1. Valor Global: **R\$ 95.712,42** (noventa e cinco mil, setecentos e doze reais e quarenta e dois centavos).

18.4.2. Valores unitários: conforme tabela constante do item 1.1 deste Termo de Referência.

18.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço do item, para os itens não agrupados, ou o menor preço do grupo, para os itens agrupados.

18.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

19. DA AMOSTRA

19.1. Após verificação da habilitação, a licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar amostra do item ou grupo de itens a ser licitado, de acordo com as especificações presentes neste Termo de Referência e no Projeto Executivo, a ser entregue no prazo de 8 (oito) dias úteis, no seguinte endereço: Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, Bloco K, Brasília/DF, CEP 70.610-905, em dia útil, no período das 8 horas às 12 horas e das 14 horas às 17 horas.

19.2. Deverá ser apresentada como amostra 1 (uma) unidade do item ou grupo de itens.

19.3. A amostra será analisada pela equipe de fiscalização, a qual emitirá parecer constando aprovação sem ressalvas, aprovação com ressalvas ou reprovação.

19.4. A hipótese de aprovação com ressalvas somente ocorrerá caso as ressalvas refiram-se a elementos de mera aparência (pormenores de acabamento, coloração e outros itens que não impliquem em incerteza quanto à qualidade e funcionalidade do objeto).

19.4.1. Na hipótese deste subitem, será disponibilizado novo prazo de 5 (cinco) dias úteis para correção das ressalvas, mediante ajustes ou apresentação de nova amostra.

19.4.2. Após as correções ou a apresentação de nova amostra, a equipe de fiscalização emitirá novo parecer, constando aprovação sem ressalvas ou reprovação.

19.5. A não apresentação ou a reprovação da amostra implicará na desclassificação da licitante.

19.6. A amostra aprovada poderá ser contabilizada como unidade entregue, desde que se trate de item novo.

19.7. Os critérios adotados para análise das amostras são:

19.7.1. conformidade com as imagens ilustrativas;

19.7.2. conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e do Projeto Executivo;

19.7.3. aferição da qualidade de materiais similares utilizados na fabricação dos mobiliários; e

19.7.4. aferição de acabamento, devendo apresentar aparência homogênea, com superfícies lisas, sem riscos ou

bolhas.

19.8. A licitante obriga-se a apresentar, a critério da equipe de fiscalização, laudos, emitidos por laboratório credenciado pelo Inmetro, de conformidade de características específicas das amostras com as exigidas neste Termo de Referência e no Projeto Executivo, caso o objeto avaliado não seja suficiente para dirimir questionamentos que porventura surjam durante a sua análise.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

20.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 95.712,42** (noventa e cinco mil, setecentos e doze reais e quarenta e dois centavos).

21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

21.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação discriminada no edital.

Brasília, 31 de agosto de 2022.

WALLACE MARQUES DIAS
Integrante Técnico

GUSTAVO DE MORAES IVALSKI FERREIRA
Diretor - ESINT

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico - Compras
Atualização: Junho/2021

Referência: Processo nº 00091.011707/2021-11

SEI nº 0710478

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -